



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Secretaria municipal de Fazenda**  
**Gerência de Contabilidade**

**Balanço Geral do exercício de 2014 da Administração Direta do Município de Vitória – Poder Executivo**

**Notas explicativas**

Após iniciado o processo de implementação e implantação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP no exercício de 2013, muitas ações foram tomadas e algumas concluídas.

Reafirmamos que o processo requer mudanças de paradigmas com adequações significativas em toda GESTÃO. Destacamos alterações de fluxos, norma de procedimentos e rotina de serviços, tornando a gestão pública mais profissional e eficiente a cada dia, sendo, portanto, um esforço diário.

No que se refere ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, já foram concluídas em 2013.

Alguns Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP foram iniciados, como exemplo da localização e avaliação de bens móveis e imóveis, que está sendo realizado por funcionários do quadro, sem a necessidade de dispêndio com a contratação de empresa especializada, trazendo economia de recursos públicos.

Desta forma, foram catalogados 861.055 (oitocentos e sessenta e um mil e cinquenta e cinco bens móveis e 392 (trezentos e noventa e dois) bens imóveis do Município de Vitória. Tais relatos foram protocolados no dia 06/01/2015 no TCEES, fato que tem previsão de término no exercício de 2015, onde se fará os registros contábeis.

Para tal, utilizamos a forma de avaliação e reavaliação em revista publicada pelo TCEES nº 01, jul/dez/1998, pg. 107-126.

O Município de Vitória está em fase final de adequação da integração entre os sistemas para atendimento aos procedimentos contábeis patrimoniais – PCP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, devido ao grande volume de dados e informações.

Fazem parte do balanço consolidado do Município de Vitória o Poder Executivo – administração direta, O Poder Legislativo – Câmara Municipal, administração indireta – IPAMV e a empresa pública (Estatal Dependente) Cia. De Desenvolvimento de Vitória – CDV.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Secretaria municipal de Fazenda**  
**Gerência de Contabilidade**

**ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

**Administração Direta – Poder Executivo**

No novo modelo implantado desde 2013, de acordo com as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, o Balanço Orçamentário apresentou um **superávit orçamentário de R\$ 73.247.636,32**, em conformidade com o art. 102 da Lei 4.320/64.

**Balanço Consolidado**

Na consolidação do Balanço do Município de Vitória, apresentou um **superávit Orçamentário de R\$ 31.714.537,22**.

**ANEXO 13 – BALANÇO FINANCEIRO**

**Administração Direta – Poder Executivo**

Como fato relevante no Balanço Financeiro – Anexo 13, a conta de ajuste contábil no valor de R\$ 5.485.664,09, que se refere a contas do PCASP com atributos F (financeiro), efetuadas por lançamentos contábeis como cancelamento de saldo. Para maior transparência e evidenciação, no Balancete Extraorçamentário, destacamos duas colunas de ajuste de débito e ajuste de crédito, que se referem aos lançamentos contábeis.

Detalhamento:

**Coluna ajuste de débito:**

**Conta 2.1.8.8.1.01.99.007** – Pensão Alimentícia, no valor de R\$ 70.227,16. Trata-se de cancelamento de saldo de exercícios anteriores, na conta 2.3.7.1.1.03.00.000 – Ajustes de exercícios anteriores, devido ter saldo de lançamentos anteriores ao exercício de 2000. Até a presente data, nenhum pensionista ficou sem receber seus valores. Ainda, estão prescritos conforme o “Item I do § 5º do art. 206 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e o artigo 1º do Decreto nº 20.910 de 06 de junho de 1932 regula a prescrição quinquenal. Atendendo também as explicações da Citação do TCEES nº 263/2015, item 3.3.2, da prestação de contas do exercício de 2012, efetuamos o cancelamento do saldo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Secretaria municipal de Fazenda**  
**Gerência de Contabilidade**

**Conta 2.1.8.8.1.04.01.211** – Cooprest ES – Coop dos Prest Serv em Transp ES, no valor de R\$ 33.538,79, transferido da conta 2.1.8.8.1.04.01.103 – Coop dos Prest Serv Transp, por lançamento indevido. Trata-se de estorno.

**Coluna ajuste de crédito:**

**Conta 2.1.8.8.1.03.01.022** – Depósito Lei 10.813/03, no valor de R\$ 5.555.891,25.

Trata-se de conta em que o Município de Vitória é fiel depositário em decorrência da Lei 10.819/2003, de valores em conta de depósito judiciais no Tribunal de Justiça do ES, Tendo sido ajustado tendo em vista o ofício do Banco do Estado do Espírito Santo - Banestes S/A, nº GEDOC/COAJU 069/2015 relativo ao saldo em 31/12/2014.

**Conta 2.1.8.8.1.04.01.103** – Cooprest ES – Coop dos Prest Serv em Transp ES, no valor de R\$ 33.538,79, transferido da conta 2.1.8.8.1.04.01.211 – Coop dos Prest Serv Transp, por lançamento indevido. Trata-se de estorno.

**MCASP**

**3. BALANÇO FINANCEIRO**

**3.5. Notas Explicativas**

Algumas operações podem interferir na elaboração do Balanço Financeiro, como, por exemplo, as retenções. Dependendo da forma como as retenções são contabilizadas, os saldos em espécie podem ser afetados. Se o ente considerar a retenção como paga no momento da liquidação, então deverá promover um ajuste no saldo em espécie a fim de demonstrar que há um saldo vinculado a ser deduzido. Entretanto, se o ente considerar a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido.

**Dessa forma, eventuais ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o Balanço Financeiro, deverão ser evidenciados em notas explicativas.**

As receitas orçamentárias serão apresentadas líquidas de deduções. O detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos pode ser apresentado em quadros anexos ao Balanço Financeiro ou em Notas Explicativas. (destaque nosso)

**ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL**

**Administração Direta – Poder Executivo**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Secretaria municipal de Fazenda**  
**Gerência de Contabilidade**

No exercício de 2014 não foi possível implantar todos os procedimentos contábeis patrimoniais – PCP, em especial em relação aos bens patrimoniais, devido ao enorme volume de bens móveis, imóveis e de almoxarifado que possui o município de Vitória. Está em fase final e deverá ser concluído no exercício de 2015. Entretanto, muitos ajustes foram realizados, das fases já concluídas, inclusive com a troca de contas do PCASP para os grupos corretos, apresentados no Balanço Patrimonial deste exercício. Anexo à justificativa e o trabalho que está sendo efetuado pela Secretaria de Administração detalhado, processo administrativo nº 4165730/2014.

O resultado econômico do exercício foi de R\$ 89.752.816,34, mesmo considerando os ajustes significativos.

A conta do grupo Imobilizado, 1.1.5.6.1.09.00.000 - Materiais a classificar, estão registrados os Materiais Permanentes mantidos em almoxarifado aguardando destinação.

As contas 1.1.5.8.1.01.01.000 - Terrenos e 1.1.5.8.1.01.03.000 - Obras em andamento estão registrado os bens a espera da incorporação.

A nova Contabilidade Pública traz algumas avaliações dos elementos do Ativo e Passivo, utilizando a análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento, a seguir:

**1 - Liquidez Imediata (LI) – Disponibilidades /Passivo Circulante**

Indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos.

$$\mathbf{194.712.889,75 / 60.276.469,53 = 3,23 - Exerc. 2013 = 4,60}$$

**2) Liquidez Corrente (LC) - Ativo Circulante/Passivo Circulante**

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

$$\mathbf{375.747.734,11 / 60.276.469,53 = 6,23 - Exerc. 2013 = 6,08}$$

**3) Liquidez Seca (LS) - (Disponibilidades + Créditos a Curto Prazo) /Passivo Circulante**

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Secretaria municipal de Fazenda**  
**Gerência de Contabilidade**

estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

$$194.712.889,75 + 7.463,284,10 / 60.276.469,53 = 3,35 - \text{Exerc. 2013} = 4,81$$

4) Liquidez Geral (LG) – (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante).

A liquidez geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

$$375.747.734,11 + 1.384.760.319,57 / 60.276.469,53 + 284.999.598,33 = 5,09 - \text{Exerc. 2013} = 5,22$$

**Balanço Consolidado**

O resultado econômico consolidado representou R\$ 93.878.446,19.

**ANEXO 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais**

**Administração Direta – Poder Executivo**

O resultado apresentou um superávit econômico do exercício de R\$ 89.752.816,34, devidamente registrado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial – Patrimônio Líquido na conta Resultado do Exercício.

Sobre os fatos relevantes das variações patrimoniais:

**Cancelamentos dos restos a pagar processados**

Os cancelamentos dos restos a pagar processados dos exercícios de 2009 a 2013, estão devidamente relacionados abaixo, com as justificativas e documentação anexa, contendo as motivações e autorizações pelas Secretarias.

- 1- O empenho 20095/2009, cancelamento no valor de R\$ 4.822,58, cancelamento efetuado devido à quitação da dívida em 09/03/2014, conforme comprovação anexa, processo nº 1135717/2006. Ainda, poderia ter ocorrido por conta da prescrição.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Secretaria municipal de Fazenda**  
**Gerência de Contabilidade**

- 2- O empenho 16998/2010, cancelamento no valor de R\$ 0,01. Foi cancelado a menor no exercício de 2011 no respectivo valor, ajustado neste exercício de 2014.
- 3- O empenho 23065/2012, cancelamento no valor de R\$ 4.350,00 por liquidação indevida, conforme cópia do processo 3718666/2014 anexo.
- 4- O empenho 30593/2013, cancelamento no valor de R\$ 678,00, devido a Munícipe não ter retirado dentro do prazo estipulado, tendo seu cancelamento autorizado no processo nº 8120708/2013 anexo.
- 5- O empenho 9106/2013, cancelamento no valor de R\$ 9.699,75, uma vez que foi pago através do empenho 9102/2013, conforme processo nº 7868920/2012 anexo.
- 6- O empenho 9107/2013, cancelamento no valor de R\$ 8.823,88, uma vez que foi pago através do empenho 9104/2013, conforme processo nº 7868920/2012 anexo.
- 7- O empenho 733/2013, cancelamento no valor de R\$ 667,76, pago na liquidação 41514/2013 por ter sido efetuada em duplicidade no mesmo empenho. Processo nº 204730/2013.
- 8- O empenho 27238/2013, cancelamento no valor de R\$ 4.000,00, tendo em vista a carta de desistência em anexo.
- 9- O empenho 29591/2013, cancelamento no valor de R\$ 542,00, por se tratar de valores duplicados. Processo 7783247/2013.
- 10- O empenho 29594/2013, cancelamento no valor de R\$ 678,00, por se tratar de valores duplicados. Processo 7783247/2013.
- 11- O empenho 19832/2013, cancelamento no valor de R\$ 678,00, por se tratar de valores duplicados. Processo 5280183/2013.
- 12- O empenho 19834/2013, cancelamento no valor de R\$ 678,00, por se tratar de valores duplicados. Processo 5280183/2013.
- 13- O empenho 25099/2013, cancelamento no valor de R\$ 678,00, por se tratar de valores duplicados. Processo 6818771/2013.
- 14- O empenho 25101/2013, cancelamento no valor de R\$ 678,00, por se tratar de valores duplicados. Processo 6818771/2013.
- 15- O empenho 28966/2013, cancelamento no valor de R\$ 32.589,23, por motivo de desistência da vendedora Marina Freitas Cruz. Processo nº 8191607/2009.

Conforme item 02.05 do MCASP para 2014, que trata de Mensuração de Ativos e Passivos, foram efetuados diversos lançamentos com valores significativos em ajustes dos bens móveis, imóveis e de almoxarifado, tendo em vista a mudança na forma de controles patrimoniais, automatização e integração entre



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Secretaria municipal de Fazenda**  
**Gerência de Contabilidade**

os sistemas de compras, licitações, almoxarifado e patrimônio, e erros de registros e controles do patrimônio.

No exercício de 2015, com a consolidação desta integração e de um controle efetivo desde as compras até o registro nas contas patrimoniais do PCASP / Balanço Patrimonial – Anexo 14 serão necessários mais alguns ajustes, sem considerar as avaliações, reavaliações e depreciação que estão em andamento com previsão de término em 2015. As mudanças são profundas e requer mudanças de fluxo e rotinas de serviços, assim como de paradigmas.

**MCASP PARA 2014**

**02.05.00 MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS**

**02.05.01 INTRODUÇÃO**

O reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis deve ser realizado à conta do patrimônio líquido e evidenciado em notas explicativas.

Alguns cancelamentos por Variação Patrimonial Diminutiva – VPD, no grupo OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS, a exemplo do subgrupo 3.9.9.9.01.00.00.000 - OUTROS, para que fique melhor evidenciado e transparente, e por não existir no PCASP/TCEES contas com classificação específica, destacamos o cancelamento da Dívida Ativa no valor de R\$ 164.698.026,86, detalhado no relatório do setor da Dívida Ativa com detalhes. Vale destacar que o valor de R\$ 14.560.262,65 referente ao lançamento em contrapartida com a conta Ajustes de exercícios anteriores refere-se a lançamento de regularização da cobrança da Dívida Ativa lançado com valor maior no Balanço de 2012, regularizado neste exercício. Tal fato também regulariza o item 3.3.1 do Termo de Citação nº 263/2015, da Prestação de Contas referente ao exercício de 2012.

Sobre os descontos relativos à Dívida Ativa:

**Descontos TRIBUTARIOS**

R\$ 1.939.029,35 - Lei 6755/2006

R\$ 19.077.169,10 - Lei 8592/2013

**Descontos Não TRIBUTARIOS**

1.533.393,97 - Lei 6755/2006



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Secretaria municipal de Fazenda**  
**Gerência de Contabilidade**

704.667,03 - Lei 8592/2013

**ANEXO 18 – Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**Administração Direta – Poder Executivo**

Tomamos como orientador para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP.

Abaixo transcrevemos os resultados do anexo 18 em forma de índices.

**DCASP**

**05.06.00 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

**05.06.04.01 ANÁLISE DOS QUOCIENTES – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

1 – O Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial é resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Resultado Patrimonial. A interpretação desse quociente indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício.

**101.440.023,00/ 89.752.816,34 = 1,13 – Exerc. De 2013 = 0,25**

2 – O Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida é resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Total do Passivo. A interpretação desse quociente indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.

**101.440.023,00 / 345.276.067,86 = 0,29 - Exerc 2013 = 0,26**

3 – O Quociente da Atividade Operacional é resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado das Operações e o Total da Geração Líquida de Caixa. A interpretação desse quociente indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída as atividades operacionais.

**101.440.023,00 / 606.797,33 (67,17) - Exerc 2013 = (61,33)**

**Ericsson Marcel Salazar Pinto**  
**Gerente de Contabilidade**  
**Contador – CRC/ES 6387**